

ALFABETIZAÇÃO POLÍTICA E ENGAJAMENTO SECUNDARISTA EM TEMPOS DE “ESCOLA SEM PARTIDO”

Danielly da Costa Vila Real.

Mestranda em Ciências Sociais (UFES).

INTRODUÇÃO

A alfabetização política (FREIRE,1997) é o preparo para o exercício de uma cidadania crítica, feita por ensinamentos teóricos e práticas participativas nas várias esferas da vida que o ser humano acessa desde o nascimento (família, igreja, escola, amigos e etc.) construindo aprendizagens fundamentais para o exercício da cidadania: a democracia e o respeito pelas diversidades. Pateman (1992, p.61) afirma que para existirem formas de governo democráticas é preciso existir também uma sociedade participativa, ou seja, “uma sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação pode ocorrer em todas as áreas”.

O jovem secundarista está numa etapa da vida cuja socialização é abundante e multiforme. Essas redes sociais em que o secundarista interage são espaços de alfabetização política e induzem ao engajamento político, ou seja, incentivam a saída da teoria para ação, ou ensinam a teoria por meio da própria ação, porque podemos aprender sobre participação simplesmente participando: “as *redes interpessoais e organizacionais* nas quais os jovens se encontram, e como as estruturas diferenciadas dessas redes influenciam na articulação de *projetos pessoais e sociais*” (MISCHE, 1997, p.138). Para a juventude secundarista, o engajamento pode ser visto como uma atitude transformadora da realidade social, mas também é “uma oportunidade de novas sociabilidades, propiciando a construção de relações de amizade e de espaços de diversão” (SILVA & RUSKOWSKI, 2010, p.40). Os secundaristas dificilmente aderem ao voto em idade não obrigatória (aos 16 anos), mas enchem as manifestações de rua contra a corrupção. Sabem reivindicar, mas não sabem utilizar o instrumento de manutenção do poder, que é o voto. Novaes e Vital (2005, p.115-116) afirmam que os secundaristas habitam um mundo globalizado onde “exacerbam-se o individualismo, o consumismo, a indiferença diante do sofrimento alheio, o medo imobilizador”. Mas além dos elementos que desfavorecem à participação dos jovens nas sociabilidades contemporâneas, há os elementos que impulsionam, trata-se de

direcionar a força da juventude, porque até as resistências que surgem “trazem consigo potencialidades e possibilidades de participação historicamente inéditas”.

No cenário atual assistimos tramitar no congresso nacional brasileiro o projeto de Lei 867/2015 intitulado “Escola Sem Partido”, pretendendo retirar assuntos políticos e morais do currículo escolar. Mas considerando que a própria escola se trata de um ato político, como seria possível despolitizar a escola? Neste contexto de tentativas de censura, nos resta perguntar: qual é o destino da alfabetização política? Qual é o atual repertório dos secundaristas engajados? Onde adquiriram os conhecimentos teóricos ou práticos que os levaram a tal engajamento? Que esferas da vida estão alfabetizando politicamente os secundaristas? Como a alfabetização política influencia o engajamento? Como haverá engajamento se tais projetos de lei forem aprovados e censurarem o espaço mais importante de alfabetização política que é a escola?

JUSTIFICATIVA

Para compreender o engajamento dos secundaristas sob a ótica da teoria dos movimentos sociais, observa-se suas redes de relações, repertórios de engajamentos e identidades. Neste sentido, busca-se analisar de que maneira os repertórios de engajamento dos secundaristas resultam das interações com suas redes de relações, e como ambos constituem a identidade do secundarista engajado, em outras palavras, busca-se compreender como a alfabetização política influencia no engajamento do secundarista.

Aqui faz-se um movimento totalmente contrário aos propósitos do projeto de Lei “Escola sem partido”, porque é reforçada a importância da alfabetização política em todas as esferas da vida, mas principalmente no espaço público da escola, porque é o ambiente cuja missão primária trata de preparar o indivíduo para o exercício da cidadania. Os espaços privados como família e igreja, educarão conforme seus princípios morais, que não necessariamente estarão em conformidade com os princípios acordados para o espaço público, ou seja, poderão perpetuar preconceitos e intolerâncias, mas o espaço público da escola pode e deve promover o respeito pelas diversidades. Mas se a escola não puder abordar assuntos políticos e morais, quem vai proteger as minorias das ideologias dominantes?

Nossos representantes políticos têm se agrupado em bancadas temáticas: a bancada evangélica, a bancada LGBT, a ruralista, a ambientalista e etc. Nessas disputas, o mais forte impõe sua ideologia ao resto do país em forma de lei, tal como foi estipulado um

modelo padrão de família, referente ao padrão religioso cristão, mesmo sendo um país declarado laico. A homossexualidade é permitida, mas a família homo afetiva não? Outra incoerência é eleger representantes políticos sem ter a menor ideia das funções inerentes ao cargo para qual se está escolhendo um candidato, ou pior, sem saber diferenciar os princípios de justiça distributiva do partido do candidato: são pequenos detalhes que mudam a história da nação.

A família e a escola estão em constante tensão sobre quem é responsável por ensinar o quê, ora a família sobrecarrega a escola com a educação que tradicionalmente ela dava, ora questiona a excessiva intervenção da escola no ensino moral e político. Em tempos de “Escola Sem Partido”, a alfabetização política foi promovida de “importante” para “urgente”, porque o analfabetismo político naturaliza qualquer opressão.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Investigar como a alfabetização política influencia nos engajamentos políticos dos secundaristas dentro e fora da escola, em três escolas públicas de Vitória – ES, de diferentes perfis socioeconômicos, observando seus repertórios, suas redes de relações, significados e motivações que levaram ao engajamento voltado à democratização da gestão escolar e da sociedade em geral.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conceituar a alfabetização política como complemento ao conceito de “identidade” nas teorias dos movimentos sociais;
- Compreender como a alfabetização política pode influenciar no engajamento dos secundaristas, destacando o que leva à participação ou à apatia;
- Identificar as esferas sociais em que o secundarista engajado construiu sua alfabetização política;
- Verificar as modalidades de ação coletiva na trajetória de participação dos secundaristas, caracterizando seus repertórios de ação e enquadramentos interpretativos;
- Analisar o perfil socioeconômico e político dos secundaristas que se engajam em processos de participação na gestão escolar e na sociedade em geral;

- Apontar as críticas à alfabetização política e as dificuldades de sua prática na escola em tempos de projetos de lei como o “Escola Sem Partido”.

METODOLOGIA

Será utilizada a Análise de Redes Sociais para identificar como os secundaristas constroem sua identidade enquanto cidadãos engajados politicamente por meio das interações com as esferas sociais que ele tem acesso desde o nascimento (família, escola, igreja, etc.), observando de onde vieram as maiores influências de seu comportamento, seja participativo ou apático. Após a aplicação de questionários que nos permitem conhecer quem participa e quem se aparta, os grupos de participantes e apáticos serão ouvidos separadamente em grupos focais para compreender o que eles têm a dizer sobre suas escolhas políticas, buscando padrões de relacionamentos que levaram a cada escolha, observando onde tem se efetivado a alfabetização política ou o analfabetismo político e como ambos influenciam no engajamento do secundarista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei 867/2015. Escola Sem Partido. Disponível em:<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em: 09/07/2015.

FREIRE, Paulo. O processo de Alfabetização Política. Publicado in: FREIRE, Paulo. *Uma educação para a liberdade*. 4ª ed. Textos Marginais 8, Porto: Dinalivro, 1974, p.41-59. Reproduzido in: **Revista da FAEEBA**. Salvador, nº7, jan./junho, 1997.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**. N 5 e N 6, 1997, p. 134-150.

NOVAES, Regina; VITAL, Cristina. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: THOMPSON, A.A.(Org). **Associando-se à juventude para construir o futuro**. Vários autores./ revisão e tradução do espanhol Fernando Legoni]. – São Paulo: Petrópolis, 2005, p.107 – 148.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992. 165p.

SILVA, Marcelo K.; RUSKOWSKI, Bianca de O. Levante juventude, juventude é pra lutar: redes inter-pessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, Nº 3, 2010, p. 23-48.